

Vogel, Christine (2017). *Guerra aos Jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 589 p., ISBN 978-989-644-405-1

Christine Vogel é professora de História Moderna na Universidade de Vechta e uma proeminente investigadora do antijesuítismo europeu do século XVIII. *Guerra aos Jesuítas* resulta da sua tese de doutoramento, traduzida por Cristina Osswald e publicada em Portugal, em 2017. A obra conta com o prefácio do historiador José Eduardo Franco, doutorado em História e Civilizações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Da vasta obra que tem publicada destacamos os estudos dedicados à Companhia de Jesus e ao antijesuítismo.

Em *Guerra aos Jesuítas*, a autora considera o declínio da Companhia de Jesus um acontecimento mediático de dimensão europeia e que constitui «um momento de eficaz intensificação comunicativa» (p. 9). Neste sentido, «acontecimento mediático» e «debate de propaganda» são os dois conceitos que constituem o fio condutor para o estudo que Christine Vogel apresenta. Partindo da análise de três tipos de fontes (a imprensa; a propaganda iconográfica; e os «textos de polémica») o objetivo é «reconstruir este debate no seu todo, no curso observável e na dimensão do seu conteúdo» (p. 9). Esta obra pretende, pois, ser um contributo para a História da Comunicação do início da Modernidade e do Iluminismo como processo de comunicação.

O estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: Introdução; Primeira Parte: As tradições antijesuítas; Segunda parte: A questão jesuíta portuguesa (1758-1761); Terceira parte: A proibição dos jesuítas em França (1761-1764); Quarta parte: A supressão da Companhia de Jesus (1765-1773). O fim dos debates?. Trata-se de um projeto ambicioso que passamos a analisar detalhadamente.

Na primeira parte, a investigadora debruça-se sobre as origens do antijesuítismo, mostrando que, desde o século XVI, os Jesuítas são alvo de polémicas, dentro e fora da Igreja Católica: em 1551, o bispo de Toledo, proíbe os jesuítas da cura de almas na sua diocese, depois de ter nomeado uma comissão para examinar os *Exercícios Espirituais*; na década de 1560, o clero de Munique queixa-se que os jesuítas são “muito interventivos”, o que diminui o papel da diocese; também as instituições de ensino veem com maus olhos a chegada dos “novos professores” que oferecem os seus serviços gratuitamente. Em França, há longas disputas entre os jesuítas e a Universidade de Paris. Em 1564, é publicado o *Catechisme des Jésuites*, de Étienne Pasquier, uma síntese que, numa apologia à Universidade de Paris, apresenta os temas e os motivos antijesuítas. A Sorbonne, em 1554, faz saber que a Companhia «estava mais vocacionada para a destruição do que para a renovação e para a construção» (p. 46). É neste contexto que, em 1594, a Sorbonne consegue a primeira expulsão dos jesuítas de França, revogada por Henrique IV, em 1604. Alvo de críticas é, igualmente, a atividade missionária da Companhia com a «questão dos Ritos Chineses». Mas, nesta primeira parte, é a querela acerca da doutrina da graça entre jesuítas e jansenistas que merece maior destaque.

Desde o início que os jansenistas, numa tentativa de formarem uma opinião pública antijesuíta, recorreram a uma «máquina de propaganda rara na época»: entre 1728 e 1739, existiam em Paris 30 tipografias jansenistas ilegais; entre 1728 e 1739, o periódico semanal jansenista *Nouvelles ecclésiastiques* tinha uma tiragem de 2000 a 6000 exemplares, era enviado para o estrangeiro e reimpresso em Amesterdão. Christine Vogel demonstra, ao longo de todo o seu estudo, a relevância deste periódico na propaganda antijesuíta e o seu papel decisivo para o debate.

A segunda parte é dedicada à campanha antijesuítica em Portugal (1758-1761). Desde a chegada a Portugal, em 1540, que a Companhia de Jesus ocupava uma posição de grande influência nas áreas da educação e das missões e eram «muito considerados na corte, onde faziam de conselheiros e de confessores» (p. 74). No século XVII a Companhia foi alvo de uma perceção diferenciada na corte e nos meios académico e eclesiástico. Por um lado, expoentes como Francisco Suárez, e, por outro, a perseguição a Padre António Vieira. Esta situação de superioridade altera-se com a subida ao trono de D. José I e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como seu secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A autora elenca os momentos cruciais dos conflitos entre a coroa e os jesuítas: a questão do Grão-Pará e Maranhão e a expulsão da Ordem, em 1755, do Brasil; seguiu-se a expulsão dos confessores jesuítas da corte portuguesa, em 1757 e a nomeação do cardeal Francisco Saldanha como visitador e reformador

da Companhia de Jesus em Portugal e nas colónias. Foi, contudo, o atentado contra D. José I, em 1758, e os «inúmeros relatos da imprensa e os relatos ilustrados acerca do atentado, do processo e a execução dos nobres que tornaram possível o debate acerca dos jesuítas portugueses além-fronteiras, entre um vasto público europeu» (p. 83). Em janeiro de 1759, Jean-Pierre Viou publica, pela primeira vez, *Nouvelles interessantes. Au sujet de l'attentat commis le 3 Septembre 1758 sur la Personne Sacrée de Sa Majesté Très-Fidèle, le Roi de Portugal*, periódico que segue a mesma linha editorial da publicação jansenista francesa, *Nouvelles ecclésiastiques*.

O que singulariza a análise de Christine Vogel, é a atenção dada ao impacto de libelos e acusações que até há pouco estavam limitadas a uma perceção do campo político dominado pelo «génio propagandístico do marquês de Pombal». Para combater esta visão unilateral da questão, a autora enfatiza que o sucesso da campanha se deveu à «forte procura do público europeu» (p. 138). Na verdade, as publicações portuguesas, que incluem a propaganda ilustrada, são impressas e discutidas em jornais e revistas e fazem parte de coletâneas em países como a Alemanha e França. Diga-se, a propósito, que a campanha portuguesa recebe um forte apoio internacional por parte dos jansenistas franceses e do círculo de Archetto, em Itália. Neste processo podem distinguir-se quatro fases.

A primeira fase é marcada pela publicação antijesuíta, levada a cabo pelo Marquês de Pombal, *Relação Abbreviada* (1757), que obtém um enorme sucesso por toda a Europa, com inúmeras reedições e edições em compilações, traduções em francês, italiano e alemão. Com esta obra, as necessárias provas da acusação contra os padres da Companhia tornam-se públicas e quase irrefutáveis. Da segunda fase fazem parte a publicação da sentença aplicada aos conspiradores da família dos Távoras; o édito do confisco dos bens dos jesuítas; e os *Erros Ímpios*, manifesto régio que explana os quatro erros dos jesuítas: o mais grave desses erros é o da Companhia pretender «subjugar o resto da Sociedade e declarar-se senhora do mundo» (p. 149). Na verdade, a conspiração da Companhia visava não apenas Portugal, mas «todo o mundo» (p. 149). Os *Erros Ímpios* desempenham um papel fundamental no discurso oficial português, porquanto se comprova que a Societas Iesu constituía um perigo generalizado para «a unidade cristã e para a Sociedade civil» (p. 150). No verão de 1759 com a publicação de quatro textos, inicia-se a terceira fase da campanha europeia: a «Carta de D. José I ao Papa» que resume as acusações portuguesas contra os jesuítas e o «pedido de autorização de condenação dos acusados religiosos pela Mesa da Consciência»; o «Édito de Reforma do Ensino» que extingue os programas educativos dos jesuítas; o «Édito de expulsão da Companhia», de 3 de setembro; e a publicação da coletânea *Colleção dos Breves Pontíficos e Leys Regias*. O auge da campanha

(quarta fase) ocorre com a divulgação de novos documentos, traduzidos para francês, alemão e italiano, e que invalidam as reações críticas (discursos apologéticos) e que provocam o silêncio imediato da Companhia. Esses novos documentos são: os Casos da Diplomacia com Roma e a Ruptura entre as duas cortes, após a expulsão dos jesuítas do território português. Em 1760, sai do prelo um volume complementar da *Collecção*. Em 1761, o governo português dá a conhecer a sentença da Inquisição contra o jesuíta italiano, Gabriele Malagrida, envolvido no atentado a D. José I. Este documento, traduzido nas principais línguas europeias (francês, italiano, alemão, inglês e em latim) é visto, por alguma imprensa internacional, como uma incoerência: seria de esperar que Malagrida fosse condenado por alta traição pela Mesa da Consciência e não por heresia pela Inquisição, como sucedeu. Ou seja, nesta primeira parte do debate, a autora pretendeu ilustrar como a glorificação do rei português e o louvor à inteligente governação do seu Primeiro-Ministro «alcançaram um importante lugar na propaganda antijesuíta» (p. 159).

Vogel conclui este capítulo caracterizando o discurso antijesuíta português como um discurso essencialmente conspirativo (p. 235-262). O Marquês de Pombal, para incriminar os Jesuítas como tiranicidas, recupera os argumentos inscritos nos *Monita Secreta Societas Iesu*; também a alegação da uniformidade formulada nas *Constituições* é usada para justificar a «culpa coletiva em qualquer crime cometido por um jesuíta» (p. 251) e, assim, fundamentar a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal.

Na terceira parte do livro a autora analisa a questão francesa, que constitui a segunda fase do debate europeu antijesuítico. Logo nas primeiras linhas deste capítulo Christine Vogel distingue o caso português do francês: no primeiro, o principal impulsionador foi o governo e a coroa e a motivação foi o atentado contra D. José I; no segundo, a iniciativa da ação nasceu nos parlamentos e nos supremos tribunais de justiça do Império, «forças que se opunham, há muito e de modo cada vez mais acentuado, ao rei» (p. 301). Deste modo, a extinção da Companhia de Jesus em França deve ser entendida à luz de uma crise político-religiosa: a oposição à bula papal *Unigenitus* e a recusa dos sacramentos aos jansenistas que conduziu, em 1750, a um conflito entre o parlamento, o rei e o episcopado, cujo apogeu teve lugar com o atentado de Robert-François Damiens a Luís XV.

Nesta segunda parte assinala-se uma diminuição da intensidade e do internacionalismo do debate. Ainda assim, Louis-Adrien Le Paige destaca-se como o periodista mais ativo, desempenhando, nesta fase, um papel crucial no debate jesuíta e na «propaganda jansenista e pró-parlamentarista em geral» (p. 318). Em 1760 publica, com Christophe Coudrette, *Histoire générale*, obra amplamente difundida, onde os autores expõem as principais acusações contra a Companhia de Jesus e que «contém uma elaborada teoria

da conspiração» (p. 323). Ainda que o discurso apologético da Companhia seja arriscado e a maioria das publicações sejam de autores jesuítas anónimos, destaca-se a publicação de Céruitti, *Apologie générale de l'Institut et de la doctrine des Jésuites*. Neste contexto, a Companhia de Jesus recebe o apoio dos bispos franceses e da Santa Sé quando o Papa Clemente XIII recusa aos parlamentos o direito de julgar o instituto de uma ordem religiosa, afirmando que os jesuítas em França são «vítimas de uma conspiração» (p. 376). Apesar destas controvérsias, a Companhia de Jesus é expulsa de França em 1764.

Em «A supressão da Companhia de Jesus (1765-1773): O fim dos Debates?» – a quarta parte da obra – a autora reúne provas que indiciam o declínio do debate, a partir de 1765. Na verdade, a publicação da bula *Apostolicum pascendim* (1765), de confirmação da Companhia de Jesus, surgiu num tempo em que os Jesuítas já não possuíam nem as condições institucionais nem o crédito público necessário para imporem uma leitura abonatória deste importante documento, admitindo a autora que «é provável que os documentos relativos às diversas proibições da bula tenham tido maior divulgação do que o documento pontifício» (p. 438).

Registe-se que foi a expulsão dos jesuítas do reino de Espanha, em 1767, que trouxe um novo fôlego ao debate internacional. Depois de uma investigação do fiscal Rodrigo de Campomanes (Fiscal do Conselho da Coroa), o Ministro Aranda decreta a expulsão da Companhia do reino espanhol. Seguindo o exemplo português, a coroa espanhola promove a publicação de documentação oficial que, no entanto, indica «apenas a ordem de expulsão régia, assim como uma série de disposições, que haviam sido emitidos pelo Ministro Aranda acerca da rápida implementação da expulsão» (p. 440). O impacto destas publicações na imprensa internacional e na opinião pública foi mais reduzido, pese embora o facto de estar a decorrer na mesma altura a supressão da Companhia em Nápoles e Parma. Este período é ainda marcado pela publicação, por Clemente XIV, do breve *Dominus ac Redemptor* (1773) que ordena a expulsão dos Jesuítas do Estado pontifício. Ricci, o Geral da Companhia é preso, apesar de nunca se ter provado a prática dos crimes de que foi acusado. Mas, nem mesmo este acontecimento tão inesperado e singular faz reacender o debate, pois, como afirma a autora, nos reinos católicos da Europa não há «nenhuma reação digna de nota» (p. 450).

Nas Notas Finais, Christine Vogel apresenta as conclusões mais relevantes da sua investigação e que auxiliam o leitor na interpretação do fenómeno antijesuíta de Setecentos no contexto do Iluminismo europeu. Reafirma o sucesso da campanha portuguesa, promovida e habilmente conduzida pelo Marquês de Pombal. Atribui o êxito da receção da documentação oriunda de Portugal à rede de periodistas das fileiras jansenistas e italianas, que já existiam anteriormente, e que alimentaram o debate em França, Itália

e Alemanha. Relaciona o declínio do debate com a agenda da imprensa das Luzes ocupada com outras questões, evidenciando a inexistência de um público autenticamente europeu de várias nacionalidades, tal como acontecera na fase inicial do debate dominado pela campanha portuguesa. Em todos os momentos são os jornais que desempenham «uma importante função ofensiva na formação do discurso antijesuíta». A propaganda iconográfica apenas inclui representações antijesuítas, apesar dos jesuítas serem conhecidos pelos seus dotes em artes visuais. Os textos de polémica têm uma preponderância na imprensa antijesuíta, uma vez que contam com uma “máquina” que os suporta (meios económicos, tipografias clandestinas e apoio político). Pelo contrário, a difícil situação dos jesuítas nos países em que foram perseguidos inibe-os da publicação de textos de apologética e os defensores da Companhia consideravam que se respondessem aos ataques estavam, também eles, a contribuir para uma ampliação do debate.

Guerra aos Jesuítas, título aparentemente insólito, constitui uma obra escorada num levantamento documental exaustivo, fruto de uma exigente investigação. Integra a questão religiosa no contexto cultural europeu do século XVIII, sem perder nunca de vista a incidência política da querela antijesuítica, sendo este o aspeto mais original da leitura proposta. Trata-se de um trabalho sólido, sistemático e metodologicamente rigoroso. Na sequência de outras publicações sobre o tema, Christine Vogel apresenta novas perspetivas historiográficas para a compreensão do fenómeno do antijesuítismo, destacando o papel que a imprensa desempenhou enquanto meio de disseminação de uma campanha de propaganda, bem planeada, com o objetivo de formar uma opinião pública e que culminou com a extinção, ainda que temporária, da Companhia de Jesus pela própria Santa Sé.

Rosa M. Gomes
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
rosimariags@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-9594-3292>